



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1859243 - SP (2020/0018259-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : CAMILA RAMOS SANTANA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FELIPE DIAS RODRIGUES - DEFENSOR PÚBLICO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORRÉU : RONALDO RODRIGUES DOS SANTOS

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo CAMILA RAMOS SANTANA com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

Tribunal do Júri — Homicídio duplamente qualificado — Recursos ministerial e defensivo — Pretensão de novo julgamento, sob a tese de decisão manifestamente contrária à prova dos autos - Reconhecimento, apenas em relação à corré Camila, cujo desfecho absolutório revelou-se divorciado do conjunto probatório amealhado aos autos - Sujeição da acusada a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, conforme exegese do artigo 593, § 3º, do Código de Processo Penal - Condenação do acusado Ronaldo mantida — Qualificadoras comprovadas por meios idôneos de prova - Montante punitivo redimensionado, ante o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea - Apelo defensivo parcialmente provido e recurso interposto pelo Ministério Público provido. (e-STJ fl. 90)

Sustenta a defesa violação do art. 483, § 2º, do Código de Processo Penal, alegando, em síntese, que constitui ofensa à ideia de soberania dos veredictos a submissão da decisão imotivada dos jurados à consonância das provas.

Contrarrazões às e-STJ fls. 989/992.

Manifestação do Ministério Público Federal pelo não provimento do recurso às e-STJ fls. 1.035/1.045.

É o relatório. **Decido.**

A irresignação não prospera.

Os elementos existentes nos autos informam que o TJSP deu provimento ao apelo ministerial para, com fundamento no art. 593, § 3º, do CPP, submeter a recorrente a novo julgamento pelo Tribunal do Júri.

A defesa se insurge contra essa decisão alegando ofensa ao art. 483, § 2º, do CPP. Sobre a questão, o Tribunal de origem assim se pronunciou:

Por outro lado, razão assiste ao Ministério Público, pois a absolvição da corré Camila revela discrepância com a prova testemunhai, aliada às imagens de vídeo reproduzidas ao Conselho de Sentença das agressões investidas contra a vítima, as quais, indicaram a participação direta dela na

ação delitiva, juntamente com o acusado Ronaldo, que, ao contrário, teve sua condenação reconhecida.

Ora, não se pode desprezar que a própria corré admitiu ter seguido a vítima e aguardado por ela na saída do hospital, "puxado" aquela e participado dos atos de agressão física, o que foi corroborado pelas testemunhas ouvidas em Plenário, provas essas que se apartam do desfecho absolutório, tornando forçosa a desconstituição da respeitável decisão dos jurados nesse ponto, porquanto existente o convencimento de que é manifestamente contrária ao conjunto probatório produzido nos autos. (e-STJ fl. 910)

Diferentemente do que alega a defesa, esta Corte Superior possui entendimento no sentido de que "a absolvição do réu pelos jurados, com base no art. 483, III, do CPP, ainda que por clemência, não constitui decisão absoluta e irrevogável, podendo o Tribunal cassar tal decisão quando ficar demonstrada a total dissociação da conclusão dos jurados com as provas apresentadas em plenário. Assim, resta plenamente possível o controle excepcional da decisão absolutória do Júri, com o fim de evitar arbitrariedades e em observância ao duplo grau de jurisdição. Entender em sentido contrário exigiria a aceitação de que o conselho de sentença disporia de poder absoluto e peremptório quanto à absolvição do acusado, o que, ao meu ver não foi o objetivo do legislador ao introduzir a obrigatoriedade do quesito absolutório genérico, previsto no art. 483, III, do CPP" (*ut*, HC n. 313.251/RJ, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 27/3/2018).

Nesse contexto, inviável modificar a conclusão do acórdão estadual que entendeu, com base em elementos concretos nos autos, ser a decisão dos Jurados manifestamente contrária à prova dos autos, providência que exigiria o revolvimento do conteúdo fático-probatório. Incidência do enunciado n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 255, §4º, I, do RISTJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator